

ATA DA 042ª SESSÃO ESPECIAL DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE DEZEMBRO DE 2013 EM
COMEMORAÇÃO AOS 20 ANOS DA PROMULGAÇÃO DA LEI
ORGÂNICA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL-LOAS
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Convido para compor a mesa as excelentíssimas autoridades que serão nominadas a seguir:

Senhor secretário-executivo de Políticas Sociais de Combate à Fome da secretaria da Assistência Social, Trabalho e Habitação, Rodrigo Mello da Rosa, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador Raimundo Colombo;
(Palmas)

Excelentíssimo senhor promotor de Justiça Daniel Paladino;
(Palmas)

Senhor Marcus Antônio Luiz da Silva, neste ato representando o excelentíssimo senhor presidente da Ordem dos Advogados do Brasil secção Santa Catarina, dr. Tullo Cavallazzi;
(Palmas)

Senhora presidente do Conselho Nacional da Assistência Social, Luziele Tapajós;
(Palmas)

Senhora presidente da comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil secção de Santa Catarina, Arlete Carminatti Zago;
(Palmas)

Senhor membro da comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil secção de Santa Catarina e autor do livro *Comentários do Estatuto do Idoso*, dr. Hélio Abreu Filho.
(Palmas)

Excelentíssimas autoridades, sras. deputadas e srs. deputados, a presente sessão em comemoração aos 20 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas - foi convocada por

solicitação da Mesa e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do hino.)

Gostaria de agradecer a presença das autoridades, representantes de classes, entidades, conselhos governamentais, gestores e, em especial, de todos que participam desta sessão.

(Passa a ler.)

"A política de assistência social no confronto entre direito ou assistencialização termina por questionar os diversos entendimentos sobre a assistência social como campo de política pública. Essa condição posta pela Constituição de 1988 fez ultrapassar o condicionamento histórico da assistência social como medida tuteladora e discutir a sua possibilidade de alçar o disposto constitucional que a estabelece como dever de estado no campo da seguridade social e direito de cidadania.

A Constituição de 1988 garante o direito, mas não diz como, então, são necessárias leis complementares, que são as leis orgânicas. No caso brasileiro, cada lei orgânica foi feita separadamente. A primeira foi a Lei Orgânica da Saúde, Lei n. 8.080, de 1990; logo após a Lei Orgânica da Previdência, de 1991, Lei n. 8.231; e por último a Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), tendo sido aprovada em 7 de dezembro de 1993. Demorou cinco anos para nós conseguirmos implementá-la, tendo uma participação muito especial dos conselhos estaduais e do conselho federal.

A Lei Orgânica de Assistência Social (Loas) está completando 20 anos e é partir dela que se pode fazer a execução social e acolher a população em vulnerabilidade.

A sua execução possibilita a construção de um país socialmente justo e amplia os recursos e condições municipais para que dentro de cada município o Brasil comece a formação de uma política social dando ao cidadão a condição necessária para viver com dignidade."

Muito obrigada!

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

Convido a mestre-de-cerimônias, Nicoli Madeira, para fazer proceder à nominata dos homenageados desta noite.

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicoli Madeira) - Boa noite!

Neste momento, registramos a presença das seguintes autoridades:

Senhora vice-presidente, Luciana Koerich de Andrade, neste representando a senhora presidente do Conselho Regional de Serviço Social de Santa Catarina, Magali Regis Frans;

Senhor Marco Antônio Mota, neste ato representando o excelentíssimo senhor deputado estadual Manoel Mota;

Senhor presidente da Federação Catarinense das Entidades de Deficientes Físicos - Fecedef -, José Augusto Meier;

Senhor presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência - CMDPD -, Edevaldo Silva Raupp;

Senhora membro da comissão do Idoso, Lisete Maria Busato Pimental, neste ato representando o senhor presidente da comissão do Idoso da Ordem dos Advogados do Brasil, doutor Marlos Carrasco;

Senhora chefe-de-gabinete, Santina Marafon, neste ato representando a excelentíssima senhora deputada estadual Luciane Carminatti;

Senhor gerente administrativo da LBV - Santa Catarina, Sérgio Morello;

Senhor Luiz Fernando Moreira, neste ato representando o senhor presidente da Central Única dos Trabalhadores de Santa Catarina, Neodi Giachini;

Senhora membro da comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Santa Catarina, Heloísa Maria José de Oliveira.

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense, em sessão especial de comemoração aos 20 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - Loas -, presta uma homenagem às entidades que muito contribuem para a aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social, que

assegura a todo o cidadão o respeito à dignidade, sem discriminação de qualquer natureza, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Convido a sra. deputada Dirce Heiderscheidt para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Santa Catarina, o seu vice-presidente, dr. Marcos Antônio Luiz da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Conselho Nacional de Assistência Social, neste ato representado por sua presidente, sra. Luziele Maria de Souza Tapajós.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Conselho Estadual de Assistência Social, neste ato representado por sua presidente, sra. Solange Bueno.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a secretaria de estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, neste ato representada pela sra. Simoni Cristina Vieira Machado, diretora de Assistência Social.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, neste ato representado pela professora doutora Sirlândia Schappo, subcoordenadora do curso de graduação em Serviço Social.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Federação Catarinense de Aposentados, Pensionistas e Idosos, neste ato representada pelo sr. Iburici Fernandes.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Federação das Apaes de Santa Catarina, neste ato representada pelo sr. Júlio César de Aguiar.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Serviço Social do Comércio - Sesc Santa Catarina -, neste ato representado pelo sr. Eduardo Makowiecki Júnior.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Instituto Padre Vilson Groh, neste ato representado pelo padre Vilson Groh.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Associação Catarinense para Integração do Cego, neste ato representa pelo sr. Jairo Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a Sociedade Espírita Obreiros da Vida Eterna, neste ato representada pelo sr. Esaú Martins Bittencourt.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Agradeço à sra. deputada e convido os membros da comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil para fazer a entrega da homenagem à sra. Arlete Carminatti Zago.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, teremos o lançamento do livro *Comentários do Estatuto do Idoso*, pelo dr. Hélio Abreu Filho, membro da comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil, secção Santa Catarina, autor do livro.

Muito obrigada!

O DR. HÉLIO ABREU FILHO - (Passa a ler.)

"Boa-noite a todos que estão presentes neste grandioso evento!

Permitam que eu inicie as minhas palavras pelo agradecimento a um grupo de pessoas que soube ser solidário conosco na construção da segunda edição

deste livro *Estatuto do Idoso: Comentários - 10 Anos*, que são os colegas: Adão Vargas, contador; Alexandre Herculano Abreu, procurador de Justiça, meu irmão; Celso Leal da Veiga Junior, juiz aposentado; dra. Janaina Brostolin; Paulo Richter Mussi, advogado; dra. Paola Gama Estrela Krueger; dr. Sebastião Luiz de Mello, presidente do Conselho Nacional de Administração; Simone Ivone Sumar, assistente social; e dra. Sonia Maria Demeda Groisman Piardi, promotora de Justiça da 33ª de Florianópolis.

Agradeço às minhas especiais amigas Edi Mota Oliveira e Teresa Cherem, e aos membros da comissão de Assistência Social da OAB, representada aqui pela dra. Arlete Carminatti Zago, sem os quais não estaríamos aqui hoje entregando este coletivo de estudos, reflexões e ideias para orientar o empoderamento do idoso na promoção, proteção e defesa da sua cidadania.

Senhoras e senhores, esta Casa Legislativa tem sido pródiga com relação aos interesses do idoso e o está sendo ao contribuir com este espaço público na apresentação dessa segunda edição, que ocorre em comemoração aos dez anos do Estatuto do Idoso, que se iniciou em dezembro de 2003, apesar de ser a data 1º de outubro.

Assim, é oportuno registrar o nosso agradecimento pelo interesse e incentivo demonstrado de imediato pelos deputados Manoel Mota e Joares Ponticelli e pela nossa deputada Dirce Heiderscheidt, que nos honra com a Presidência desta seleta mesa e que também preside um profícuo trabalho no fórum parlamentar na área do idoso.

Embora não me alce à condição de representante dos idosos catarinenses, nem do Conselho Estadual do Idoso, seu representante maior, cabe, neste momento, referenciar e agradecer aos nobres deputados, na pessoa da nossa deputada Dirce Heiderscheidt, na produção de leis estaduais tais como: criação do conselho, em 1990; gratuidade no transporte coletivo; preferência no atendimento em repartições, bancos e hospitais; em 1991, por exemplo, assentos exclusivos nos transportes

intermunicipais; acesso gratuito a eventos; pagamento de taxas, segunda via de documentos; política estadual do Idoso, de 2000, que contou com a participação de mais de 20 mil idosos em Santa Catarina; assentos nas filas especiais; cadeira de rodas nos *shoppings*; e o ato que a Assembleia Legislativa em comemoração aos 15 anos do CEI-SC, tão bem lembrado por esta Casa.

Senhoras e senhores, este é um momento diferenciado. A Assembleia Legislativa Catarinense, ao incorporar o tema idoso no seu cotidiano, ou seja, aqueles que alcançarão em breve 25% da totalidade da população catarinense, faz uma boa escolha e os deputados demonstram, efetivamente, que se importam com a produção e disseminação dos conhecimentos fundamentais à conscientização do idoso na sua condição de sujeito com direitos.

Assim, o que se espera deste livro, caros amigos? Que a partir da compreensão de normas de direito constitucional, direito civil, direito penal, direito processual, direito trabalhista, direito administrativo, direito previdenciário, incrustados harmonicamente no estatuto e habilmente traduzidos pelos comentários de nossos colegas, o idoso possa promover o seu direito e restabelecê-lo quando violado, seja nas suas relações com a família, com a sociedade e com o estado.

Na visão do deputado Manoel Mota, este livro alcança o seu objetivo à medida que coloca frente a frente a sociedade e o estado, esta para instruir-se e aquele para prestar orientações e tornar conhecidas ações, projetos, programas e serviços em desenvolvimento.

Despedindo-me, traduzo o sentimento e a expressão utilizada pelo deputado Joares Ponticelli, confidenciada pelo seu gabinete, no sentido de que a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no momento em que a Carta da Cidadania do Idoso completa dez anos, presta mais esta homenagem a todos que se encontram, neste momento, vivenciando essa agradável circunstância, entregando-lhes este livro.

O nosso livro estará à disposição de todos no átrio da Assembleia Legislativa, logo após este evento."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Muito obrigada, professor Hélio Abreu Filho.

Convido para fazer uso da palavra a sra. Arlete Carminatti Zago, presidente da comissão de Assistência Social da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina.

A SRA. ARLETE CARMINATTI ZAGO - (Passa a ler.)

"Boa-noite a todos e a todas aqui presentes! É um prazer recebê-los para comemorar os 20 anos da nossa Lei Orgânica de Assistência Social.

Inicialmente, quero cumprimentar a nossa deputada Dirce Heiderscheidt, representando o presidente da Assembleia Legislativa, e dizer que realmente, por proposição da nossa comissão, através da OAB, solicitamos esta sessão especial para que pudéssemos comemorar este momento importante e divulgar a importância da Loas no nosso estado e também com as ações no nosso país.

Quero, neste momento, reverenciar as instituições e entidades indicadas pela OAB que contribuíram na implantação da Loas e nas ações de continuidade no atendimento em defesa dos direitos na área da assistência social ao longo desses 20 anos. Nossos cumprimentos e nosso respeito, e agradecemos a deputada Dirce Heiderscheidt, em nome do presidente.

Quero cumprimentar também o vice-presidente da OAB, dr. Marcos Antônio Luiz da Silva, representando o presidente, dr. Tullo Cavallazzi Filho; toda diretoria da OAB; a dra. Claudia da Silva Prudêncio, coordenadora-geral-adjunta; os conselheiros e presidentes das comissões da OAB; e a dra. Luziele Maria de Souza Tapajós, digníssima presidente do Conselho Nacional de Assistência Social, que veio de Brasília abrilhantar o nosso evento. Queremos manifestar a nossa alegria e dizer que é uma honra recebê-la, pois sempre

apoiou as ações e reivindicações do estado de Santa Catarina. Hoje aqui presente representando o CNAS, homenageado pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, recebe o reconhecimento do nosso estado. Seja bem-vinda, sra. presidente!

Em especial, quero cumprimentar os membros da comissão de Assistência Social da OAB, que não mediram esforços para a concretização deste evento, reconhecendo a importância da Loas no cenário nacional.

Quebrando o protocolo, eu peço vênua e solicito que se identifiquem: Edi Mota de Oliveira, Hélio Abreu Filho, que se encontra na mesa, Heloisa Maria José de Oliveira, Janice Aparecida Steidel Krasniak, Kátia Ribeiro Freitas, Paola Gama Estrela Krueger, Rita de Cássia Furtado e Rosane de Carvalho Martinelli Freitas. A todos, muito obrigado pelo apoio à nossa comissão!

Cumprimento também as autoridades já nominadas e os representantes dos conselhos estaduais e municipais, da secretaria de Assistência Social do município de Florianópolis, dos Fóruns de Assistência Social e das entidades que prestigiaram esta sessão especial.

Não poderíamos, nesta noite de homenagens, deixar de lembrar os valorosos profissionais, dentre outros baluartes, que desde 1986 atuaram na constituição e implementação da Loas e continuam lutando pela consolidação da política de Assistência Social:

Dr. Antônio Carlos Konder Reis, deputado federal constituinte atuando como redator-adjunto da Constituição Federal, que garantiu a redação dos arts. 203 e 204 da Constituição Federal na forma proposta pela comissão de assistentes sociais de Santa Catarina;

Os profissionais: Ana Maria do Vale Pereira, Beatriz Paiva, Carla Bressan, Edi Mota de Oliveira, Elisabeth Baia, Hélio Abreu Filho, Heloísa Maria José de Oliveira, Jacó Anderle (*in memoriam*), Kátia Muller, Leila Pizzato, Luziele Maria de Souza Tapajós, Maria Givanete Claudino, Maria José Porto, Marilda Angioni, Marliange da Silva Pereira, Naira Scoz Silvestre, Rosana de

Carvalho Martinelli Freitas, Valéria Cabral Carvalho, dentre outros;

Os cidadãos, os usuários e as usuárias da assistência social, que no seu cotidiano contribuem para a garantia dos direitos sócio-assistenciais;

A Dra. Simone Viegas, que em 1995 foi a responsável pela constituição da comissão de Assistência Social da OAB e a primeira presidente.

O ano de 2013 marca os 25 anos de promulgação da Constituição de 1988, em vigor, e os 20 anos da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), Lei n. 8.742, de 07/12/1993, motivo desta sessão especial.

A Constituição da República Federativa do Brasil, conhecida como a 'Constituição Cidadã' ou 'Constituição Democrática', trouxe-nos uma nova consciência de democracia e cidadania. Tornou-se um divisor de águas, um marco, deixando para trás 20 anos de ditadura e autoritarismo. Foi a partir desse grande marco que muitos desses direitos foram regulamentados, a exemplo do direito à assistência social.

Como desdobramento dos dispositivos constitucionais, após cinco anos da promulgação da Constituição, em 7 de dezembro de 1993, foi promulgada a Lei Orgânica da Assistência Social, conhecida como Loas, que dispõe que a assistência social é direito do cidadão e dever do estado. Assim, a Loas demarca o intento de substituir o antigo modelo de assistência social, marcado pelo assistencialismo e clientelismo, por uma nova forma de se entender e fazer assistência social, desta feita sob a égide da proteção social.

Hoje a Assistência Social se consolida como uma política pública de inclusão social, que visa à defesa e a garantia dos direitos sociais básicos para aqueles que deles necessitem, tratando o cidadão como sujeito de direito. E dispõe sobre a participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação e no controle das ações dessa política.

A partir da Loas, a sociedade tem em suas mãos um dos principais instrumentos para o exercício do

controle social e, em consequência, para a garantia da formulação de políticas públicas inclusivas.

Afinal, após 20 anos de promulgação da Loas, permanece o desafio de se consolidar a assistência social como política pública voltada ao atendimento das necessidades dos cidadãos, em consonância com os fundamentos constitucionais da cidadania e da dignidade da pessoa humana.

É importante que todos aqui presentes tenham conhecimento de que a OAB, através de suas comissões, como a da Assistência Social, do Idoso, da Pessoa com Deficiência, a OAB Cidadã, da Criança e Adolescente e Direitos Humanos, dentre outras, muito tem feito no resgate da cidadania da população de Santa Catarina com o objetivo de garantir o exercício pleno dos direitos, e que muito orgulha a classe dos advogados, e a OAB/SC não poderia deixar de participar de tão importante debate.

Essas questões são um desafio para instituições como a OAB/SC, cujo papel do advogado é fundamental para contribuir na defesa dos direitos dos cidadãos e poder compartilhar com os espaços públicos dos conselhos e fóruns municipais, estaduais, nacional, no que diz respeito ao controle social dos programas e serviços de proteção social especial.

A construção da cidadania passa pela construção de políticas públicas mais transparentes e afinadas com os interesses e anseios da população. A OAB de Santa Catarina espera estar contribuindo.

Deixamos o nosso abraço a todos que aqui prestigiam este evento e os nossos agradecimentos à Mesa Diretora da Assembleia Legislativa, na pessoa de seu presidente; aos servidores desta Casa, que não mediram esforços para atender as entidades e a população catarinense; e ao presidente da OAB/SC. Contem sempre com o apoio da OAB e da comissão de Assistência Social."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. MESTRE-DE-CERIMÔNIAS (Nicole Madeira) - Pedimos desculpas por uma falha no registro dos homenageados e convidamos, neste momento, para receber a homenagem o Conselho Regional de Serviço Social, neste ato representado por sua presidente, a sra. Luciana Koerich de Andrade.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Neste momento, convido para fazer uso da palavra a sra. Luziele Tapajós, presidente do Conselho Nacional de Assistência Social.

A SRA. LUZIELE TAPAJÓS - Boa-noite a todos!

Sra. deputada Dirce Heiderscheidt, muito obrigada por essa acolhida que realmente coloca de uma maneira bastante clara o nosso papel nessa grande construção da política de assistência social.

Há ocasiões intraduzíveis pelas palavras e esta é uma delas não pela pompa e circunstância, mas pelo significado do ato, pelo reconhecimento de uma história que apenas começa, apesar de 20 anos, a ser erigida. Mas há uma palavra que diz muito nesta homenagem: muito obrigada!

É com muita alegria que agradeço, em nome dos meus pares, os conselheiros do Conselho Nacional de Assistência Social, esta homenagem que estamos recebendo a 11 dias da IX Conferência Nacional de Assistência Social, que receberá em Brasília dois mil delegados e 2.700 pessoas que estarão conosco nessa perspectiva de construir efetivamente a Lei Orgânica da Assistência Social.

Cumprimento todos que nos dão a honra da presença neste momento e também cada um dos senhores, com a licença protocolar para fazê-lo na pessoa dos colegas da comissão de Assistência Social da OAB. Muito obrigada a todas as queridas e os queridos colegas pela homenagem e pela lembrança.

O meu cumprimento, e dos conselheiros, a agentes públicos que fazem do controle social e da política de assistência social a sua honrosa missão. É profundamente sincero, pois fato é que muito de vocês aqui e muitos dos que aqui não

estão representam a verdadeira força da existência da Loas. Muitos dos senhores são construtores da maior e do mais inédito sistema de proteção social nunca imaginado no país, e que nos une em uma só luta, com uma só direção: a Loas - Lei Orgânica da Assistência Social - e o Sistema Único de Assistência Social - Suas. E quando digo isso, sra. deputada, olho aqui para pessoas que escreveram a Loas a mãos.

Cumprimento também, de forma especial e com carinho, algumas amigas que não somente deixaram a marca da assistência social neste estado, mas que serviram, e servem, de referência para o país. Essas pessoas, juntamente com outras, dedicaram-se, desde 2004, quando nasce o Sistema Único de Assistência Social a partir de uma deliberação de conferência nacional, a fazer com que aquilo que um dia foi sonho de alguns se tornasse a realidade de muitos.

E relembro aqui os amigos que se foram: a Neiri Bruno, a Egli Muniz, a Geneita Cachima. E, como diria Maiakóvisk, a morte não é difícil, difícil é a vida e o seu ofício.

Estamos às portas da IX Conferência Nacional de Assistência Social, que se realizará de 16 a 19 de dezembro, em Brasília, um evento que encerrará um processo conferencial gigante em que tivemos 97% dos municípios brasileiros realizando conferências de assistência social. E foi um processo que mobilizou 1,5 milhão de pessoas em todo o país no que se refere a animar o público, o usuário, os prestadores de serviço, os trabalhadores e os representantes governamentais do Suas.

Nesse sentido, esse processo conferencial teve um diferencial muito grande, porque se preocupou em monitorar as deliberações das conferências anteriores, buscando responder perguntas centrais quando se trata de construir políticas públicas em solo das bases e que têm um dever por excelência: a consagração da Loas. E falar de Loas é falar de Suas, que é o meio de sua execução.

Certamente a Loas demarca dois mundos nessa área: um mundo de assistencialismo, de

benevolência, da não política e do não direito, e um mundo do direito do cidadão e do dever do estado.

A nossa responsabilidade para com os nossos usuários é imensa, nada fácil, porque nada é fácil na assistência social. Tudo é urgente, nada é trivial, e muitas vezes nem é agradável a vivência da democracia participativa. Não tem sido fácil pensar e construir o sistema público em nome do interesse público coletivo e não em nome do interesse de individualidades, do interesse de poucos.

Nós comemoramos os 20 anos da Loas quando celebramos 25 anos da Constituição Federal e quando também reconhecemos oito anos de construção do Sistema Único de Assistência Social. Após esse tempo, temos: legislação e normativos próprios; definição das especificidades e atribuições; tipificação de serviços socioassistenciais. Hoje, aquilo que não tem lugar, não é lugar na assistência social, porque nós sabemos o que fazemos e os nossos serviços têm nome e sobrenome. Temos gestão com comando único e organicidade das ações; temos gestão do trabalho; temos um sistema que tem serviços, projetos, programas e benefícios; temos, e precisamos ter, financiamento público em todas as esferas de governo.

Estando aqui, sra. deputada, não posso deixar de fazer muitos apelos na perspectiva de que esta Casa que tanto orgulha Santa Catarina olhe para o orçamento da assistência social em Santa Catarina. Esta é uma demanda que é do povo catarinense, dos usuários catarinenses da assistência social, assim como todas as outras Casas Legislativas estão vendo neste momento, assim como o governo federal também vê.

É muito importante que o financiamento da assistência social não seja pensado apenas como um financiamento de recurso federal, porque nós entendemos que a Lei Orgânica da Assistência Social e o Sistema Único são tripartites. Nada no Sistema Único de Assistência Social é definido pelo governo social, e sim pelas comissões intergestoras tripartites, que decidem não por

voto, mas por pactuação municípios, estados e união.

(Palmas)

Temos também participação e controle social. É desse lugar, senhores e senhoras, que eu falo. Temos, nesse momento, que assegurar a assistência social e o cuidado de assegurar a assistência social a 60 milhões de brasileiros. Hoje nós atendemos a 60 milhões de brasileiros e brasileiras que eram notados como necessitados sociais, que eram notados como pessoas que não tinham direitos. E hoje a Loas reverteu essa lógica. Hoje trabalhamos com necessidades sociais e não com uma massa pasteurizada de pessoas com necessidades. Nós trabalhamos com direitos sociais e com necessidades sociais.

Hoje sabemos onde estamos e aonde queremos chegar. Temos, sra. deputada, um senso chamado senso Suas, que nos diz que contamos com 254 mil trabalhadores na área da assistência social nos municípios e no Distrito Federal, e com 18 mil trabalhadores nos estados brasileiros na área da assistência social.

Sabemos, hoje, que o Suas e a Loas não são coisas de assistente social e que a Loas e o Suas reconhecem outras profissões como advogados, pedagogos, fisioterapeutas, médicos e enfermeiros e outros profissionais nessa perspectiva de ser um sistema não feito por uma categoria profissional, mas por categorias profissionais hoje reconhecidas naquilo que conhecemos como norma operacional básica de recursos humanos do Suas.

Nós também sabemos hoje, pelo nosso senso Suas, que temos mais de 10 mil equipamentos públicos, entre Cras e Creas, recebendo os nossos usuários que são sujeitos de direitos. E aqui não estou falando das 14 milhões de famílias do programa Bolsa família e também não estou falando dos quase quatro milhões de beneficiários do Benefício de Prestação Continuada.

É pela continuidade e incremento do Suas que recebemos, com muita honra, essa homenagem, porque estamos aqui reafirmando a consagração dos dizeres constitucionais quanto à seguridade social no país

porque acreditamos na força da democracia e da nossa luta; porque queremos dissipar o assistencialismo secular que marcou a história deste país; porque queremos construir políticas públicas de verdade, políticas de estado e não políticas de governo; porque queremos que o controle social do lugar de onde eu falo, do Suas, seja forte para termos um sistema forte, robusto, lutador que tantos esperam e que a ele tem direito.

Este evento marca o reconhecimento efetivo e é uma alegria porque sabemos que temos a Loas não apenas como horizonte, mas como farol por excelência.

Quero concluir afirmando que o Conselho Nacional de Assistência Social deseja que os debates tragam sempre mais amadurecimento ao Suas, um sistema apenas nascente; que eventos como este abram caminhos, aclarem mudanças de rotas, porque que importa é continuar, e continuar firmes na defesa do Suas. Afinal, como nos diz Guimarães Rosa, tudo o que já foi é começo do que vai vir.

Para concluir efetivamente, além do meu reconhecimento e agradecimento, sra. deputada e todos que me honram com a sua presença nesta mesa e nesta plenária, quero lembrar um gracejo de dois Augustinhos. Santo Augustinho dizia que a esperança tem duas filhinhas lindas: a indignação e a coragem. A indignação nos ensina a não aceitar as coisas como estão e a coragem, a mudá-las. O outro Augustinho, o dos anjos, diz que se vão os sonhos nas asas da descrença e voltam os sonhos nas asas da esperança.

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Dirce Heiderscheidt) - Convido para fazer uso da palavra o dr. Marcos Antônio Luiz da Silva, neste ato representando a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

O DR. MARCOS ANTÔNIO LUIZ DA SILVA - Excelentíssima sra. deputada Dirce Heiderscheidt, eminente deputada e presidente desta sessão

especial; excelentíssimo dr. Hélio Abreu; excelentíssima dra. e professora Luziele Tapajós; excelentíssimo dr. Daniel Paladino, nosso promotor de Justiça; excelentíssimo dr. Rodrigo Melo Rosa, representante do Conselho de Combate à Fome, neste ato representando o governador do estado; excelentíssima colega Arlete Carminatti Zago; demais autoridades; representantes das entidades homenageadas; integrantes da nossa querida OAB e das nossas comissões, em especial a comissão de Assistência Social.

Eu confesso que, emocionado, honrado, envaidecido, sensibilizado e agradecido, trago o forte abraço dos quase 40 mil advogados e advogadas de Santa Catarina, em nome do nosso jovem presidente dr. Tullo Cavallazzi Filho, que não pôde estar fisicamente presente a esta solenidade de um significado ímpar, quase que transcendental, como aqui já foi mencionado nas diversas falas.

Sou agradecido, em nome dos advogados e em nome da nossa instituição, ao Poder Legislativo de Santa Catarina, esta parte do poder, digamos assim, que tão bem representa o nosso povo justamente nesta augusta Casa Legislativa que é o palco, digamos assim, do acerto de contas da sociedade catarinense, o placo de lutas, o palco de conquistas e, algumas vezes, o palco de decepções. É no cenário da democracia e é na luta e no cotejo das ideias que a nossa sociedade alcança...

Eu tenho certeza de que a sociedade catarinense se vê envaidecida pelos deputados e pelos nobres deputadas que ostentam os seus democráticos mandatos e sensíveis que são ao auscultar, digamos assim, os anseios sociais.

A solenidade é efetivamente dos 20 anos da edição da Lei Orgânica da Assistência Social, coincidindo com os 25 anos da promulgação da nossa Constituição Cidadã.

Nós, advogados e advogadas, já estivemos nesta Casa, este ano, comemorando os 80 anos de criação da Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina. E sabemos, como catarinenses, como

seres humanos e como brasileiros, que a nossa Constituição Cidadã de 88, em que a sociedade brasileira resgatou a si própria daquele período da noite longa do autoritarismo, da ditadura, e concedeu-nos um documento de organização da nossa vida jurídica, social, política e econômica com base na fraternidade, na democracia participativa... E daí a importância e o significado dos conselhos que, atuando em conjunto, vão criando e estabelecendo as políticas e marcando os avanços e as reivindicações da sociedade brasileira.

Eu penso, senhoras e senhores, que a lei analisada sob um ponto de vista estritamente jurídico, um conjunto de normas genéricas e abstratas que traz políticas, deveres, ações num campo ideal e imaginário...

Então, nesta noite de comemoração dos 20 anos, sra. presidente Arlete Carminatti Zago, da promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social, em nome dos advogados, eu homenageio as pessoas e entidades que estão aqui sendo homenageadas nesta noite, e tantas outras pessoas que efetivamente dão vida àqueles enunciados legais que constam na lei, e que efetivamente fazem a diferença; fazem com que a sociedade avance; fazem com que o primado da dignidade da pessoa humana seja, senão ainda uma edificação completa, imaginável de concretude.

É através da promoção da pessoa humana, da sua proteção e da sua inclusão que nós um dia teremos edificado aquela sociedade justa e solidária que todos nós, seres humanos, queremos e haveremos de ter. E principalmente nós, brasileiros, que, infelizmente, ainda vivemos num país onde a injustiça viceja do ponto de vista social e coletivo; do ponto de vista econômico; do ponto de vista da exclusão do acesso àqueles direitos mais básicos e elementares, como o direito à educação, o direito a uma infância com alimentação, o direito à moradia, e a tantos outros direitos que já estão declarados e não são edificados.

Mas, como eu disse, é um momento de comemoração. E para nós, advogados, é extremamente

importante - e eu digo aqui sem falsa modéstia - sabermos, dra. Arlete Carminatti Zago e sua comissão, bem como as demais comissões, como a comissão do Idoso, a comissão da Criança e do Adolescente, a comissão das Pessoas com Deficiência e a comissão da Cidadã... E nós, advogados também, ainda que dentro das nossas limitações, procuramos nos inserir no contexto social e também ser antenas sensíveis, antenas que podem captar o clamor do injustiçado, do ser humano que quer ser e que quer acontecer com dignidade.

Eu penso que estou confundindo aqui a minha fala, mas é porque, efetivamente, eu me sinto emocionado e gratificado de ver que em Santa Catarina há sensibilidade para reconhecer o trabalho dessas entidades que estão sendo homenageadas. E eu sei que a homenagem a essas entidades extrapola o âmbito delas próprias, pois é uma homenagem às mulheres e aos homens abnegados, que sonham, lutam e realizam a construção de um mundo mais digno, mais solidário, mais igualitário, que não exclua, mas que promova, proteja e inclua todo e qualquer ser humano.

Muito obrigado pela oportunidade! Meus cumprimentos novamente a esta Casa Legislativa e, de uma forma muito especial, à nossa comissão de Assistência Social, que, a nosso ver, digamos, de diretoria, vai muito além daquela formalização jurídica e parte para a luta efetiva.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Dirce Heiderscheidt) -
Muito obrigada!

Gostaria, neste momento, de agradecer a todos os funcionários desta Casa, que não mediram esforços para que esta solenidade acontecesse com o seu devido respeito, à imprensa e às pessoas que se fizeram presentes nesta noite festiva de comemoração dos 20 anos da Loas.

Queremos agradecer a todas as entidades, aos conselhos, aos apaixonados por esta área social tão importante para a nossa sociedade brasileira,

e dizer que sonhamos, trabalhamos e hoje estamos comemorando, Arlete Carminatti Zago, os 20 anos da Loas.

Devemos continuar essa luta, com certeza, na busca do reconhecimento na área social. E digo aqui o que a nossa querida Luziele Tapajós falou: a questão orçamentária. Devemos, então, continuar lutando porque, no ano passado, a Frente Parlamentar Feminina brigou, e brigou bastante, junto à comissão do Orçamento no sentido de que o orçamento na área social, que era de 0,26% passasse para 0,76%. E agora estamos na luta novamente. O orçamento está nesta Casa e, com certeza, todos os parlamentares estarão atentos para que possamos mudar essa realidade.

(Palmas)

Enfim, gostaria de dizer a todos vocês muito obrigada! Quero dizer que eu vim presidir com muito carinho esta sessão porque gosto e atuo na área como presidente do Fórum em Defesa da Pessoa Idosa. E, com a parceria muito interessante do dr. Hélio Abreu Filho, percorremos este estado todo na busca de um envelhecer com mais dignidade.

Então, agradeço novamente a participação de todos e quero dizer que a Casa do Povo está à disposição de vocês. O nosso presidente, deputado Joares Ponticelli, infelizmente, não pôde estar presente, mas me pediu que justificasse a sua ausência e que deixasse um grande abraço a todos vocês.

Quero agradecer ao dr. Hélio Abreu Filho, pela sua participação hoje conosco; a Luziele Tapajós, que veio de Brasília e fez uma belíssima fala que, com certeza, mexeu com o coração de todos nós; a Arlete Carminatti Zago, a nossa grande guerreira, e é pelas mãos dela que estamos aqui, hoje, fazendo esta sessão especial; ao dr. Marcus Antônio Luiz da Silva; ao Rodrigo Mello da Rosa, o meu querido amigo de muitos anos no município de Palhoça, e que foi o nosso parceiro na área social quando fui secretária de Assistência Social daquele município, neste ato representando o nosso querido governador, Raimundo Colombo; ao dr. Daniel Palladino, promotor de Justiça daquela

comarca e um grande parceiro e incentivador para que pudéssemos realizar um grande trabalho no município de Palhoça. Enfim, deixamos aqui um grande abraço a todos vocês e o nosso muito obrigada!

Neste momento, teremos a apresentação de um vídeo.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Convidamos todos para participarem de um coquetel e da noite de autógrafos do livro do dr. Hélio Abreu Filho no *hall* deste Poder.

Antes de encerrar a presente sessão teremos a execução do Hino de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, solene, para amanhã, às 20h, no município de Tubarão, para o lançamento do livro *De Nossa Senhora da Piedade do Tubarão a Tubarão*.

Está encerrada a presente sessão.